

Agora com 52 entidades, novo manifesto critica reforma tributária

Em novo manifesto, 52 entidades da sociedade civil, como a advocacia, o comércio, a indústria, os serviços, sindicatos de trabalhadores, se posicionam contrariamente ao [Projeto de Lei 2.337/2021](#) — a [segunda etapa](#) da reforma tributária proposta pelo Ministério da Economia.

Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil



Paulo Guedes, ministro da Economia, apresentou 2ª etapa da reforma em junho ^{Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil}

As associações defendem que o PL não atende aos interesses sociais e econômicos do país, e pedem o seu arquivamento. No fim do último mês de julho, 22 dessas entidades já haviam [lançado](#) um manifesto contra as alterações no sistema tributário brasileiro.

Dentre os signatários do documento estão entidades da área do Direito, como o Conselho Federal da OAB, o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), a Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp), o Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp), o Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa), a Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF), a Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat) e o Movimento de Defesa da Advocacia (MDA). Também assinam o manifesto sindicatos, associações comerciais e outras instituições ligadas a serviços e setores específicos.

Os manifestantes criticam pontos mantidos na segunda versão do PL, apresentada pelo relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA). Dentre eles, estão a permanência da [tributação de dividendos](#), a não dedutibilidade do pagamento dos juros sobre capital próprio e a obrigatoriedade de escrita contábil para empresas no lucro presumido. Além disso, a proposta de condicionar a [diminuição da alíquota de IRPJ](#) ao valor de arrecadação do tributo seria "inviável em nosso sistema constitucional".

Ainda segundo as entidades, ao contrário do que o governo federal propaga, a reforma traria um aumento da carga tributária, "o que não se pode aceitar nesse momento de intensa crise, sem que antes seja discutida a reforma administrativa e consequente debate sobre o tamanho do Estado".

As associações afirmam que o Brasil passaria por uma "significativa crise econômica e judicialização dos temas objeto da nova legislação" em caso de aprovação do projeto. Isso traria dificuldades ao setor



produtivo e impossibilitaria a retomada da economia após o momento de crise sanitária. "Ao final, os cidadãos e os consumidores serão os mais onerados", concluem.

Clique [aqui](#) para ler o manifesto

Date Created

05/08/2021